

A democracia como princípio

Luís César Bueno

Neste final de século, o sistema democrático de governo vem se afirmando em quase todos os países. Mas a democracia não tem o mesmo significado para todos, nem na sua forma nem no seu conteúdo. Alguns países adotam com elevado grau de liberdade; outros instituem regras democráticas de disputa política, mas com restrições significativas às liberdades. Para uns, a democracia não deve interferir nas relações sociais e econômicas; para outros, ela deve garantir o bem-estar e a equidade.

A liberdade é o valor supremo da democracia consolidada historicamente, a liberdade germinou com as aspirações humanas de liberdade da pessoa, liberdade religiosa e liberdades civis para, finalmente, se consagrar como liberdade de participação igual para todos nos assuntos públicos. A liberdade representa hoje, em termos políticos e civis, a garantia de direitos fundamentais imprescritíveis e não passíveis de supressão.

Mas sem garantia de qualidade de vida razoável, grupos sociais e de indivíduos não têm capacidade assegurada de desfrutar do direito de liberdade. É

por isso que partidos como o PT lutam por uma sociedade que proporcione as condições materiais necessárias para que todos os indivíduos e grupos sejam de fato livres. Trata-se de buscar equilíbrio econômico e material, condição de acesso a bens mais amplos, como ensino, cultura e etc.

Temos claro que será impossível garantir o bem-estar às custas da violação das liberdades. A justiça, em sentido amplo, não pode sacrificar a liberdade de poucos em nome do bem-estar de muitos, nem o bem-estar de muitos em nome da liberdade de todos. A justiça deve ser o valor maior que oriente as instituições políticas e sociais do sistema democrático de governo. E se eventualmente as instituições não servem a este objetivo, transformá-las, aprofundando o seu caráter democrático, torna-se a tarefa central de um partido de esquerda.

A pluralidade é pressuposto da democracia. O caráter plural da vida política nas sociedades fundamenta-se na diversidade de desejos, interesses, idéias, valores e opiniões, que é inerente à própria natureza humana. As ditaduras, quer se reivindicuem de direita ou "esquerda, podem

quando muito transmitir temporariamente uma impressão de homogeneidade de opções sociais. E se esta impressão é alcançada pela força, significa que a diversidade está sendo simplesmente reprimida. Por isso é que os projetos anti-democráticos, invariavelmente, estão condenados ao fracasso, cedo ou tarde.

A atitude em relação às regras de funcionamento da democracia, ao estado de direito democraticamente estabelecido, é indicativo do caráter democrático ou não de um partido. A direita brasileira, por exemplo, tem uma enorme tradição antidemocrática: sempre que sentiu ameaçados os interesses que representa. Somente neste século, bateu inúmeras vezes às portas dos quartéis para convocar os militares a investirem contra a legalidade. Sempre em nome da salvação da pátria supostamente ameaçada pelo caos social e pelo comunismo.

É daí que reside um dos males de certo oposicionismo a que chamáramos de "salvacionista". Aquele que, a partir de críticas que identificam a política do governo com a via para uma espécie de fim do mundo, advoga-se como o único capaz de

indicar o caminho correto. "Se meu adversário encarna o mal e eu o bem, a tática do vale-tudo passa a ser para alguns perfeitamente justificável".

A luta por uma democracia republicana no Brasil exige o aperfeiçoamento do atual sistema institucional e a criação de novas instituições democráticas. Exige também a luta pela destituição de qualquer governo que rompa com a legalidade democrática ou que incorra em crime de responsabilidade. O impeachment de Collor, a este respeito, será sempre paradigmático. Propor a destituição de um governo, no entanto, só se justifica, em termos democráticos, na medida em que o ato ilícito esteja precisamente caracterizado do ponto de vista jurídico. O que significa que crítica ao programa de um governo, por radical que seja, não nos basta para a propositura de sua deposição.

Este texto é contribuição da Democracia Radical, tendência interna do Partido dos Trabalhadores, para o II Congresso Nacional.

■ LUÍS CÉSAR BUENO É
PROFESSOR, VEREADOR E LÍDER DA
BANCADA DO PT